

# Sociedade vai à Justiça para recuperar área

A Sociedade Habitacional de Vila Velha deve entrar na Justiça com pedido de reintegração de posse da área de 527 mil metros quadrados, localizada na Barra do Jucu, invadida por cerca de 400 pessoas desde o último dia 15. A informação é do presidente da entidade, Reginaldo de Almeida, informando que a decisão será tomada em reunião com movimentos de moradias do município a partir de amanhã.

A área está sendo urbanizada pela Prefeitura de Vila Velha para o assentamento de 2.200 famílias, dentro do Programa Nacional de Lotes Urbanizados do Governo federal. Segundo Reginaldo de Almeida, a Secretaria de Ação Social da PMVV está realizando uma triagem dos cadastramentos feitos nos 11 movimentos de moradia existentes no município para o assentamento "das famílias mais carentes". "A maioria dos invasores não necessita da área e sequer foi cadastrada pelos movimentos", assinalou Almeida.

## Déficit

O presidente da entidade admitiu que muitas famílias invasoras são carentes, "mas o déficit habitacional de Vila Velha é de 40 mil famílias e a triagem tem de ser feita de forma minuciosa para que nenhuma injustiça seja cometida". Para Almeida, a invasão foi motivada por políticos "com cunho eleitoral", e isso está provocando a revolta de outras famílias cadastradas há três e até há 8 anos. Na última terça-feira aproximadamente 100 pessoas cadastradas no movimento de moradia do bairro Divino Espírito Santo fizeram uma manifestação em frente à casa do prefeito Jorge Anders, para que ele adotasse medidas para conter a invasão e garantir o assentamento às famílias mais necessitadas.

Alguns invasores denunciaram que um cadastramento paralelo está sendo feito no comitê de Ulisses Anders, irmão do prefeito Jorge Anders, e com isso as suas chances de serem assentadas estariam bastante reduzidas. Já o prefeito anunciou que a invasão tem objetivos eleitorais, negando o cadastro no comitê de seu irmão. Ele admitiu, entretanto, que alguns políticos encaminham famílias para a Prefeitura para serem incluídas no projeto de moradia.

Os invasores estão distribuídos nos 380 lotes urbanizados até agora com os Cr\$ 7.920 milhões enviados pelo Governo federal. No local, existem apenas banheiros sem água e energia elétrica, o que só será providenciado quando a primeira remessa de lotes urbanizados (400) for repassado às famílias. O projeto foi avaliado em Cr\$ 20 milhões, mas segundo Reginaldo de Almeida uma suplementação de verba para o andamento das obras, que ficaram paralisadas por três meses em decorrência das chuvas e de problemas nos serviços de urbanização, será feita.